

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E SEXUALIDADES

A FEMINIZAÇÃO DO TRABALHO REPRODUTIVO: sob a perspectiva da questão de gênero

THE FEMINIZATION OF REPRODUCTIVE WORK: from a gender perspective

Karina Rosa Campos Esteves¹
Alan Martine Oliveira Moraes²
Ari De Sousa Loureiro³

RESUMO

O seguinte artigo possui o intuito de discorrer acerca da feminização do trabalho reprodutivo e como a responsabilidade do cuidado é usualmente determinada a partir do gênero. Portanto, as tarefas do ambiente doméstico, o cuidado das pessoas do núcleo familiar, as atividades inerentes da reprodução social tornam-se geralmente desempenhadas por mulheres. Essa percepção surge a partir de um contexto cultural e social constituído mediante a estruturação da sociedade patriarcal e consolidando-se com o surgimento do sistema capitalista. Assim, realizar uma reflexão acerca das disparidades ocasionadas por esse contexto. Ante o exposto, destaca-se que a pesquisa desenvolveu-se a partir de revisão de literaturas de autores que realizam o debate acerca da temática apresentada. Além disso, a pesquisa foi desenvolvida mediante o levantamento de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Palavras-chave: Capitalismo. Desigualdade. Gênero.

ABSTRACT

The following article aims to discuss the feminization of reproductive work and how responsibility for care is usually determined by gender. Therefore, the tasks of the domestic environment, caring for people in the family, and the activities inherent in social reproduction are generally carried out by women. This perception arises from a cultural

¹Assistente Social/Residente multiprofissional em Atenção Integral no Sistema Público de Saúde. Hospital Universitário João de Barros Barreto/Universidade Federal do Pará (HUJBB/UFPA). karina.esteves2019@gmail.com

²Bacharel em Serviço Social. Universidade Federal do Pará (UFPA). alanmartinepm@gmail.com

³Doutor da Faculdade de Serviço Social. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/Universidade Federal do Pará (ICSA/UFPA). ariloureiro@gmail.com

and social context constituted through the structuring of patriarchal society and consolidated with the emergence of the capitalist system. Thus, we need to reflect on the disparities caused by this context. In view of the above, it should be noted that the research was based on a review of the literature by authors who have debated the subject. In addition, the research was carried out using data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and National Household Sample Survey (PNAD).

Keywords: Capitalism. Inequality. Gender.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade capitalista se estrutura a partir de dois tipos de trabalhos: o trabalho reprodutivo e produtivo. Vale ressaltar que a compreensão dessas formas de trabalho é importante para apreender como as relações sociais se reproduzem. Diante desses tipos de trabalho observa-se também a reprodução e intensificação do machismo e sistema patriarcal.

Na sociedade contemporânea o machismo, o patriarcado e a desigualdade de gênero ainda são intensamente presentes, apesar das lutas feministas e direitos obtidos nas últimas décadas e a população brasileira ser constituída predominantemente por mulheres, as disparidades continuam perpetuando-se, um tanto contraditório ante o exposto.

Desse modo, o seguinte estudo possui o intuito de apresentar as relações de gênero e como o sistema patriarcal e sua relação com o capitalismo corroboram para a manutenção das desigualdades de gênero. Além do mais, pensar em mecanismos para o combate de tais disparidades e realizar uma articulação com o Serviço Social e sua atuação, visto que por possuir um caráter de luta e viabilização de direitos, essa profissão também é majoritariamente composta por mulheres, fortalecendo ainda mais a necessidade do debate de gênero e o Serviço Social.

Vale ressaltar que o desenvolvimento desta pesquisa ocorreu a partir do levantamento de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), vivência de estágio extracurricular, revisão de literatura de autores que discorrem acerca da temática: Angela Davis, Simone de Beauvoir, Silvia Federici e entre outros.

Segundo Deslandes, Gomes e Minayo (2007, p. 16) “Toda investigação se inicia por um problema com uma questão, com uma dúvida ou com uma pergunta, articuladas a conhecimentos anteriores, mas que também podem demandar a criação de novos

referenciais”. Então, a pesquisa proposta tenciona-se a elucidar e incitar reflexões sobre o referido tema.

2 SOCIEDADE E GÊNERO

Diante de uma análise social e cultural da sociedade, contextualizando também a questão histórica, observa-se que o gênero significa as relações sociais, portanto, permeando as desigualdades de gêneros, as quais são oriundas justamente do conceito e concepção de gênero na sociedade.

Sendo assim, também é possível compreender gênero como uma categoria útil de análise histórica, a história é uma ferramenta importante para compreensão da humanidade, refletir e analisar a influência sobre gênero, segundo Scott (1995). Ainda de acordo com Scott:

O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único. Como elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, o gênero implica quatro elementos relacionados entre si: primeiro – símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas (frequentemente contraditórias) – Eva e Maria, como símbolo da mulher, por exemplo, na tradição cristã do Ocidente, mas também mitos da luz e da escuridão, da purificação e da poluição, da inocência e da corrupção (Scott, 1995, p. 21).

O gênero é compreendido como uma construção social, o qual foi se definindo e estruturando ao decorrer do tempo pela sociedade e pelo capitalismo, ou seja, a questão biológica não é um determinante. Segundo Simone de Beauvoir:

NINGUÉM nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. (1967, p. 9)

Ante o exposto, apreende-se que a disparidade de gênero é fruto da construção social, contrário aos determinantes biológicos, na qual o papel do homem e da mulher é definido socialmente, conseqüentemente moldando as relações sociais e relações de poder. Logo, essas discrepâncias contribuem para a desequiparação salarial, oportunidades de emprego e estudo, violência, distribuição de afazeres domésticos.

É fundamental que ao debater sobre gênero realizar um recorte no que tange a discussão de gênero e desigualdade, visto que as disparidades não afetam de forma igualitária as mulheres. Pois, as experiências são vivenciadas num nível de intensidade elevado pelas mulheres negras e periféricas, ou seja, elas são as mais afetadas. Segundo Zelia Amador⁴ “Para a mulher é tudo mais difícil. A mulher negra, então, tem ainda um fardo maior de discriminações. Ela é atravessada pela questão da raça, pelo fato de ser negra, do gênero, por ser mulher, e ainda por estar condenada à pobreza”.

2.1. Feminização do cuidado no trabalho reprodutivo

As relações sociais e de poder se instauraram e fortaleceram ainda mais com a consolidação do sistema capitalista e patriarcal e os seus reflexos. Pois, diante desse cenário se concretizou dois tipos de trabalho: trabalho produtivo e reprodutivo, sucedendo-se a reflexão acerca da naturalização desse trabalho e como a sociedade impõe essa ação como um ato de amor (Federici, 2019).

O cuidado com os membros do núcleo familiar foi instituído socialmente como sendo uma atividade inerente às mulheres pela sociedade patriarcal. Outrossim, essa mesma sociedade pondera a naturalização, compreensão e exercício dessa ação como um ato de amor, consequentemente perpetuando-se socialmente e culturalmente às próximas gerações, de mãe para filha, tias para sobrinhas.

Ante o exposto, é imprescindível a compreensão, contextualização e conceituação do trabalho produtivo e do trabalho reprodutivo no capitalismo. Portanto, considera-se que o trabalho produtivo é o assalariado, aquele exercido na esfera pública, o qual é valorizado socialmente e é considerado fundamental para o capitalismo, pois gera riqueza e o acúmulo de capital.

Enquanto que o trabalho reprodutivo ocorre de maneira invisível na esfera privada (doméstica), não é assalariado e é feminizado. Logo, realizado majoritariamente por mulheres,

⁴Professora de artes da UFPA, doutora em Antropologia e co-fundadora do Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará (Cedenpa). Disponível em: https://www.geledes.org.br/zelia-amador-traz-o-olhar-ativista-sobre-as-discriminacoes-enfrentadas-pela-mulhernegra/?gclid=Cj0KCQiA7OqrBhD9ARIsAK3UXh1CnnwYUV13Nb7j_mADRfkE6uTuKIWJs9IF9HfG1U6HFUqx2I2sf4aAr-DEALw_wcB. Acesso em: 24 abril 2024.

por conseguinte compreendido como um trabalho realizado por “amor”, algo instintivo das mulheres e de função exclusivamente feminina, ou seja, essas funções foram naturalizadas pelo capitalismo e patriarcado.

O cuidar como se conhece hoje surgiu com a consolidação do capitalismo e assim moldando-se com o mesmo. Nesse contexto, percebe-se a constituição dos tipos de trabalho que são os seus pilares. Como dito anteriormente, o trabalho produtivo gera riqueza para o capital, mas para o homem que está naquele espaço gerando o acúmulo de capital, há alguém na invisibilidade gerando meios e condições para o sustento do capitalismo. E esse alguém é a mulher, no ambiente doméstico lavando, cozinhando, limpando e gerando cada vez mais mão de obra para o capitalismo. Federi afirma:

A diferença em relação ao trabalho doméstico reside no fato de que ele não só tem sido imposto às mulheres como também foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina. O trabalho doméstico foi transformado em um atributo natural em vez de ser reconhecido como trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado (2019, p. 42)

Consequentemente, a mulher dedica muito mais do seu tempo realizando atividades domésticas e/ou sendo cuidadora ou responsável por outro familiar, tudo isso somado aos demais afazeres. Há outro fator que reforça e naturaliza a sobrecarga feminina a frase “mulher guerreira”, onde a mesma necessita dar conta de tudo e de todos. Contudo, essa é uma romantização desta sobrecarga e naturalização da feminização do cuidado.

O capitalismo sutilmente explora a mão de obra feminina no trabalho reprodutivo e por conseguinte naturalizando essa figura da mulher como dona de casa. Perante a lógica capitalista, não haverá um salário, pois não é caracterizado com um trabalho propriamente dito, entretanto, ainda assim é considerado de suma importância para a acumulação de riqueza e reprodução social. Ainda de acordo com Federici:

O capital tinha que nos convencer de que o trabalho doméstico é uma atividade natural, inevitável e que nos traz plenitude, para que aceitássemos trabalhar sem uma remuneração. Por sua vez, a condição não remunerada do trabalho doméstico tem sido a arma mais poderosa no fortalecimento do senso comum de que o trabalho doméstico não é trabalho, impedindo assim que as mulheres lutem contra ele, exceto na querela privada do quarto cozinha, que toda sociedade concorda em ridicularizar, reduzindo ainda mais o protagonismo da luta. Nós somos vistas como mal-amadas, não como trabalhadoras em luta (Federici, 2019, p. 43).

O sistema capitalista defende e insiste em caracterizar o trabalho reprodutivo como invisível e assim permanecendo com base o qual contribui para a manutenção da exploração da força de trabalho, sem precisar pagar um salário para as mulheres. Como afirma Federici (2019, p. 48): “o capital ganhou e ganha dinheiro quando cozinhamos, sorrimos e transamos”.

É perceptível, que o capitalismo se mantém a partir do trabalho doméstico não remunerado, não obstante dos avanços significativos no âmbito dos direitos às mulheres e o aumento do seu protagonismo na conjuntura social, política e econômica. Todavia, as discrepâncias entre gênero ainda são extremamente perceptíveis, tais como diferença salarial, menores taxas de admissão em cargos de liderança, a dupla jornada da mulher, entre outros.

Com base nisso, é imprescindível refletir como o Serviço Social se insere e articula nesse debate e contexto social do trabalho, capitalismo, gênero, raça e classe, discussão de políticas públicas e sociais nesse viés. Visto que tais temáticas são intrínsecas no debate dentro da referida profissão. É impossível não articular esse debate com o Serviço Social, visando a relevância da sua atuação e contribuições teóricas e práticas para a seguinte temática, trabalhando estratégias para desconstrução do machismo e patriarcado, suas práticas e reprodução na sociedade.

O Serviço Social ainda é uma profissão predominantemente feminina, em virtude do seu perfil histórico de construção, se reestruturando e apresentando um perfil crítico a partir do movimento de reconceituação. Em vista disso, pode-se perceber também um aumento da inserção de homens no Serviço Social, portanto, deixando o caráter feminino que se tinha da profissão.

O Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional, de 2022, do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), retrata que 92,92% do Serviço Social é composto por mulheres, e que 50,34% (homens e mulheres) das/os participantes se auto reconhecem como de 35 cor/raça preta/negra/parda, ou seja, gênero e raça.

O Serviço Social busca viabilizar direitos e luta e uma sociedade mais justa e igualitária, portanto, é imprescindível sua atuação nessa discussão, por ser um profissional que possui um arcabouço teórico e metodológico necessário para intervir com qualidade e ética nas questões de disparidades de gênero, pautando-se mediante os seus princípios da profissão e seu projeto ético-político.

2.2. Dados acerca da feminização do cuidado

De acordo com o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, no Brasil, a população é de 203.080.756 pessoas, composta por 104.548.325 mulheres e 98.532.431 homens, portanto, a população brasileira é composta em sua maioria por mulheres.

Conforme pesquisa do 3º trimestre de 2022, do IBGE e DIEESE, os domicílios brasileiros, em sua maioria, são chefiados por mulheres. São 75 milhões de lares, dos quais 50,8% possuem liderança feminina, o correspondente a 38,1 milhões de famílias. As mulheres negras lideravam 21,5 milhões de lares (56,5%) e as não negras, 16,6 milhões (43,5%), no 3º trimestre de 2022.

De acordo com os dados de 2019 do IBGE, 146,7 milhões de pessoas com 14 anos ou mais de idade desempenharam atividades domésticas, proporcionalmente a 85,7% desta população. Sendo que a população com 14 anos ou mais de idade dedicava, em média, 16,8 horas semanais aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas, sendo 21,4 horas semanais para as mulheres e de 11,0 horas para os homens. Portanto, as mulheres empenham-se nas atividades domésticas quase duas vezes mais horas que os homens⁵.

Em 2019, 54,1 milhões de pessoas de 14 anos ou mais de idade eram responsáveis por moradores no domicílio ou de parentes não moradores, sendo 36,8% para as mulheres e 25,9% para os homens. Os principais destinatários desses cuidados foram moradores de 0 a 5 anos (49,2%) e de 6 a 14 anos (52,0%).

Conforme a PNAD Contínua Outras Formas de Trabalho de 2022: as taxas de realização de afazeres domésticos se distribuem da seguinte forma: mulheres brancas (90,5%), pretas (92,7%) ou pardas (91,9%). Por conseguinte, em 2022 50,8 milhões de pessoas de 14 anos ou mais de idade realizaram cuidado de moradores do domicílio ou de parentes não moradores.

A taxa de realização desses cuidados se diferencia conforme o sexo: 34,9% das mulheres e 23,3% dos homens. As pessoas pretas (29,4%) e pardas (31,0%) possuem taxas de realização maiores que as brancas (27,4%). Enquanto 38,0% das mulheres pardas e 36,1% das pretas realizaram tais cuidados em 2022, entre as brancas a taxa foi 31,5%.⁶

⁵Em média, mulheres dedicam 10,4 horas por semana a mais que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas. Agência IBGE, 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>. Acesso em: 24 abril 2024.

⁶Em 2022, mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas. Agência IBGE, 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais->

3 CONCLUSÃO

Ante o exposto, diante da revisão de literatura e a pesquisa é possível refletir que a desigualdade de gênero é constituída e estabelecida por intermédio de diversas formas e aspectos. Desse modo, é imprescindível meios e ações visando a desconstrução social que pode ocorrer por meio de vários viés e em diversos âmbitos. A sensibilização acerca da referida temática é imprescindível para concretização por intermédio de ações e políticas transversais que elucidem a necessidade da inserção de todos os membros do âmbito familiar na divisão de responsabilidade do cuidado de familiares e no compartilhamento das atividades do lar.

Em vista disso, o Serviço Social persiste sendo majoritariamente composto por mulheres, por conseguinte, considera-se a importância desse profissional no referido debate. A fim de articular com os movimentos sociais em prol da paridade de gênero, ademais, a atuação do assistente social é indispensável, pois possui embasamento teórico e prático para atuar com qualidade, eficiência e propriedade para atuar frente às expressões da questão social, analisando e compreendendo o usuário em sua totalidade. Vale ressaltar que para a promoção das paridades de gênero é primordial ações alusivas com a comunidade em geral evidenciando que as disparidades perpetuam-se por gerações, salientando que a desigualdade de gênero também perpassa a questão de raça e classe.

Destarte, como meios para o processo de desconstrução é necessário a implementação de políticas de equidade de gênero, revisão das políticas públicas e setoriais, visando a transversalidade de gênero, como: melhoria dos transportes públicos, implementação de mais creches e escolas em tempo integral e afins.

Em suma, a crítica realizada não se relaciona ao fato da existência do cuidado, contudo, ao fato do cuidado ser sexuado e imposto socialmente culturalmente às mulheres. O ser humano é um agente social, o qual possui a capacidade de modificar o meio que vive. Logo, cabendo à sociedade e a intervenção do poder público, mediante as políticas transversais, iniciar o processo de desconstrução desse pensamento machista e da perpetuação do patriarcado, a fim de se alcançar uma sociedade mais justa e igualitária.

do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas#:~:text=No%20pa%C3%ADs%2C%20a%20taxa%20de,grupo%20et%C3%A1rio%20realizando%20aquelas%20atividades. Acesso em: 24 abril 2024.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: a experiência vivida. 2 ed. São Paulo: Difusão Europeia de Livros, 1967.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Trad. de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

MORAES, Alan Martine Oliveira; ESTEVES, Karina Rosa Campos. **SOCIEDADE E GÊNERO**: Uma análise da feminização do cuidado no trabalho reprodutivo. Pará. 2023. 44 p.